

Coordenação Científica: SOFIA NEVES

Gênero e Ciências Sociais

Gênero e Ciências Sociais

Coordenação Científica: SOFIA NEVES

 **cineicc**

Centro de Investigação
do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental

unidep 

UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO E PSICOLOGIA

ÍNDICE

5	Dedicatória
7	Preâmbulo
11	Hoje eu não quero ser apenas o meu sexo – Sofia Neves
	PARTE I – Aproximações teóricas e epistemológicas ao Género
15	Capítulo 1 – Género e Ciências Sociais...ou quando a ciência também é política... <i>Sofia Neves</i>
25	Capítulo 2 – O debate epistemológico nos Estudos Feministas <i>Manuela Tavares, Salomé Coelho & Manuela Góis</i>
41	Capítulo 3 – O Feminismo como uma “aracnologia” e uma in-disciplina: tópicos para re-pensar o Feminismo hoje <i>Ana Gabriela Macedo</i>
49	Capítulo 4 – Fazer e desfazer o género: performatividades, normas e epistemologias feministas <i>João Manuel Oliveira</i>
67	Capítulo 5 – Introdução à teoria da Interseccionalidade nos Estudos de Género <i>Conceição Nogueira</i>
	PARTE II – Entre o fazer e o ser feito/a pelo Género
81	Capítulo 6 – Sexualidade, modelos de relacionamento e lógicas de prevenção – percepção diferenciada pelos géneros – um estudo realizado na área metropolitana do Porto <i>Cristina Vieira</i>
103	Capítulo 7 – Breves considerações sobre a (in)humanidade de LGBT’s (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) perante o discurso jurídico brasileiro <i>Simone Becker</i>

- 121 Capítulo 8 – Sobre homens e masculinidades: revisitando o campo a partir da ótica feminista
Maria Juracy Toneli, Danilo de Assis Clímaco & Karla Galvão Adrião
- 141 Capítulo 9 – Vulnerabilidades aos VIH/SIDA: os homens que têm sexo com homens
Joana Almeida, Pedro Santos & Ana Sampaio
- 155 Capítulo 10 – Factores associados ao preconceito homossexual numa amostra de estudantes universitários portugueses: a influência do sexo, do contacto interpessoal com lésbicas e gays, dos valores sociais e das atitudes de género
Jorge Gato & Anne Marie Fontaine
- 173 Capítulo 11 – A presença feminina na delinquência juvenil: olhares e silêncios
Vera Duarte
- 197 Capítulo 12 – Mulheres em contexto migratório. Figurantes ou protagonistas?
Joana Miranda
- 215 Capítulo 13 – A contribuição econômica das mulheres para a família e a sociedade: aspectos comparativos Brasil e Portugal: algumas notas epistemológicas
Neuza de Farias Araújo

TÍTULO Género e Ciências Sociais

AUTORES vários

COORD. CIENTÍFICA Sofia Neves

COORD. EDITORIAL Pedro Almiro Neves
Eduardo Cordeiro Gonçalves

EDIÇÃO Edições ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia

SÉRIE “Actas”; 12

CAPA E ARRANJO GRÁFICO SerSilito-Empresa Gráfica, Lda

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS SerSilito-Empresa Gráfica, Lda

TIRAGEM 500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 338278/11

ISBN 978-972-9048-62-3

Mulheres em contexto migratório. Figurantes ou protagonistas?

JOANA MIRANDA
Universidade Aberta/CEMRI, Portugal

Resumo Nos últimos anos foi surgindo uma maior consciência de que as migrações não têm o mesmo efeito e impacto nos homens e nas mulheres e de que uma exclusiva focalização nos homens não permite apreender as complexidades envolvidas. Passou a ter-se em consideração duas novas questões: Que factores determinam a migração das mulheres? Que impacto o processo migratório tem no estatuto das mulheres imigrantes?

A feminização da imigração é agora internacional e alguns autores consideraram a feminização da migração como uma das cinco características que definem a actual era das migrações (Castles & Miller, 1998). Mas estaremos, de facto, face a uma feminização da imigração à escala mundial ou apenas face à feminização do discurso sobre migrações e a uma maior aceitação da imigração das mulheres? Os discursos feministas das últimas décadas têm proporcionado várias conquistas por parte das mulheres, que acompanham a sua saída do espaço privado e a sua entrada na esfera pública. Mas será que essa maior ocupação da esfera pública resulta num aumento de *empowerment* das mulheres trabalhadoras exercendo funções indiferenciadas? As mulheres migram sozinhas assumindo o protagonismo dos processos migratórios ou são meras figurantes em processos de reagrupamento familiar? De que forma a relação das mulheres com a família é alterada em resultado da imigração? Ou, de outra forma, de que forma o patriarcado é alterado ou reconstituído depois da imigração? De que forma as migrações afectam as relações de poder entre homens e mulheres e os processos de tomada de decisão e de gestão da economia familiar? Que factores desencadeiam as decisões de imigrar e tornam a migração mais ou menos possível para diferentes mulheres? Estes foram alguns dos aspectos que procurámos analisar numa investigação sobre mulheres exercendo funções indiferenciadas e pertencentes às comunidades de imigrantes que apresentam maior dimensão em Portugal na actualidade: brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas.

1. Nota introdutória

Actualmente tornou-se banal falar-se em feminização da imigração. Mas a que nos referimos, de facto, quando falamos de feminização da imigração? A um maior número de mulheres que migram? É um facto que hoje em dia o número

de mulheres que migram é maior do que alguma vez no passado mas será apenas uma maior dimensão estatística nos fluxos internacionais que está em causa? Verificar-se-á uma incorporação do género da agenda científica sobre imigrações ou um real aumento de estatuto das mulheres imigrantes em resultado do movimento migratório?

2. Um maior número de mulheres que imigram

De acordo com o Index de Políticas de Integração de Migrantes (2007) os migrantes que têm chegado a Portugal têm sido maioritariamente mulheres. No entanto, o facto é que num total de 440277 imigrantes em Portugal (dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 2008)¹ os homens migrantes (230555) continuam a ser em maior número do que as mulheres migrantes (209722).

3. Incorporação do género nos estudos científicos sobre imigrações

Nos últimos trinta anos tem havido pouco esforço para incorporar o género nas teorias das migrações internacionais. A teoria migratória tem dado maior atenção às causas das migrações internacionais do que a quem migra – as condições em que as mulheres migram, a predominância das mulheres em alguns fluxos e não noutros, as circunstâncias que determinam que as mulheres migrem, que entrem em redes de tráfico ou que procurem asilo.

Para que uma teoria internacional das migrações possa ser desenvolvida há que ser constituído um quadro teórico que oriente a investigação e que permita compreender as experiências únicas dos homens e das mulheres em todos os estádios do processo migratório. É fundamental que se compreenda que as relações de género, os papéis e as hierarquias influenciam o processo migratório e produzem *outcomes* diferentes para as mulheres em todos os estádios do processo migratório.

Em Portugal, os estudos sobre mulheres imigrantes são dispersos e pontuais, não existindo uma verdadeira continuidade de interesse pelo estudo da temática. O estudo das migrações não tem contemplado uma perspectiva de género, assumindo que as características das migrações nacionais se podem generalizar a todo o universo (Peixoto et al., 2006).

Alguns estudos sobre identidade feminina em contextos migratórios foram realizados por Leandro e Leite (1994), Keshavjee (1994), Machado e Perista (1997) e, mais recentemente por Abranches (2004).

¹ Valores retirados do Portal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (<http://www.sef.pt>)

Em 1998, Perista desenvolveu um estudo sobre as trajetórias profissionais e familiares de mulheres da União Europeia imigradas em Portugal. Em termos metodológicos recorreu a entrevistas em profundidade.

Horta (2008) procurou compreender a relação entre o Estado e os processos de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa pós-colonial, analisando a influência das políticas e dos discursos do Estado nos padrões de participação política dos imigrantes. Utilizando uma metodologia de estudo de caso de uma habitante do Bairro da Cova da Moura – Maria Fruta – procurou analisar como as limitações estruturais e institucionais modelam o seu sentido de identidade e configuram padrões de integração, a própria construção subjectiva do significado social por Maria bem como a sua compreensão da realidade social e cultural particular.

A inserção das imigrantes de leste em redes sociais foi estudada por Hellermann (2004).

A investigação de Wall, Nunes e Matias (2005) analisou as trajetórias de mulheres das mesmas comunidades do nosso trabalho: brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas, analisando as suas trajetórias, principais características e problemas. As autoras referem que as mulheres, mais provavelmente do que os homens, são expostas a trabalho forçado, a exploração sexual, a prostituição forçada e a outros tipos de violência. Com maior frequência aceitam más condições de trabalho e salários baixos, expondo-se a sérios riscos de saúde.

Em 2005, o SOS-Racismo (AAVV) publicou a primeira compilação de textos sobre as trajetórias das mulheres imigrantes em Portugal, cobrindo áreas como a identidade, as representações sobre os imigrantes, a inserção cultural, a família, o tráfico e o mercado das mulheres imigrantes em Portugal.

Ainda em 2005, Peixoto e colaboradores desenvolveram um estudo em que procuraram compreender os percursos laborais e os modos de inserção sócio-económica das mulheres imigrantes em Portugal. Este estudo teve por base três categorias de análise-mulheres originárias dos PALOP, do Brasil e da Europa de Leste. Em termos metodológicos para além da recolha de histórias de vida, este grupo de investigadores recolheu e sistematizou um significativo conjunto de informação estatística e analisou textos produzidos por meios de comunicação social. Esta investigação forneceu dados relevantes sobre o tráfico de migrantes em Portugal, tema sobre o qual continua a existir um conhecimento muito limitado. De acordo com os autores (ibidem, p. 44) vão sendo cada vez mais as mulheres da Europa Central e de Leste que se tornam vítimas do tráfico. Neste trabalho, o tráfico de mulheres é apenas um dos tipos de tráfico considerados. Também Neves (2010) tem estudado a questão do tráfico de mulheres brasileiras para Portugal.

Keating (2001) analisou os percursos discursivos de duas mulheres portuguesas em Londres, encontrando solidariedades destas mulheres com a comunidade portuguesa emigrante, a manutenção de identidade nacional e a organização de práticas de mediação entre os discursos dominantes das instituições em Londres e os discursos subalternos e híbridos da comunidade.

O livro organizado por Malheiros, em 2007, analisou a imigração brasileira em Portugal, incluindo textos que contemplam diversas dimensões da imigração brasileira recente: o papel da imprensa na selecção de Portugal como destino migratório dos brasileiros, a perspectiva da mulher brasileira em Portugal, as remessas dos imigrantes, os imigrantes e o mercado de trabalho, as identidades brasileiras em Portugal, análises prospectivas sobre o fluxo, legalização e participação política. Num texto integrado na obra em causa, Padilla (2007) apresentou uma análise da imigrante brasileira em Portugal numa perspectiva de género, salientando o potencial explicativo que a categoria género oferece às teorias das migrações. Com base numa metodologia de recolha de histórias de vida e sempre numa perspectiva de género, a análise abrangeu diversas variáveis, em particular, classe social, redes sociais e legalização. Santos (2007) analisou as imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa. Apesar do trabalho de Ribeiro (2008) não se dirigir especificamente a mulheres, na análise que desenvolve sobre os imigrantes brasileiros na imprensa local, encontra diferentes representações em diversas dimensões consoante os textos se refiram a mulheres ou a homens.

No livro *Género e migrações cabo-verdianas* (2007), Grassi e Évora reuniram um conjunto de textos que reflectem a posição de que o género, categoria analítica transversal a diferentes Ciências Sociais, constitui uma estrutura interpretativa da sociedade, um objecto de estudo e uma categoria de percepção e apreciação das pessoas em relação às suas migrações. Os textos deste livro, situados em campos disciplinares diversos, abordam questões distintas mas interrelacionadas: as condições sociais que engendram a emigração cabo-verdiana e as transformações que essas mesmas condições sofreram (com particular destaque para a emigração das mulheres), os imigrantes como agentes principais de produção cultural (no caso, musical), económica, dos afectos e da intimidade. Contrariamente à maioria dos trabalhos sobre imigração são, no livro, analisados os reflexos da imigração no país de origem.

Apesar destes esforços, muitas questões sobre as migrações das mulheres continuam sem resposta. Enunciemos apenas algumas de entre as diversas existentes:

Que factores determinam a decisão das mulheres de migrarem e tornam a migração mais ou menos possível para as mulheres? Como é que factores como as relações de género, as hierarquias no contexto familiar, os estatutos e os papéis determinam as decisões? As mulheres conseguem trabalhos adequados às suas habilitações e qualificações? As mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens de entrar em canais regulares de trabalho? As mulheres apresentam maior risco de contrair HIV? As remessas são enviadas pelos homens ou pelas mulheres e têm como destinatários homens ou mulheres? O estatuto das mulheres aumenta em resultado da migração? De que forma a imigração afecta as mulheres que regressam? Estarão elas preparadas para a reintegração? Como é que as políticas imigratórias afectam os homens e as mulheres? Quais são as suas principais necessidades e prioridades? Como podem as políticas questionar e não reforçar

as desigualdades de género e permitir que as potencialidades das migrações estimulem o *empowerment* das mulheres? As políticas de asilo são sensíveis às questões de género?

4. Um estudo de género: abordagem metodológica

Em seguida analisaremos numa perspectiva de género alguns dos resultados encontrados num projecto financiado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) intitulado *Mulheres imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*.

O estudo envolveu vinte e quatro mulheres imigrantes em Portugal originárias das três comunidades mais representativas no nosso país (tendo em conta os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos a imigrantes legalizados): brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas.

4.1. Critérios de selecção das mulheres

Neste estudo procurou-se compreender as três comunidades de mulheres imigrantes mais numerosas em Portugal, a partir da recolha das histórias de vida (no que concerne o projecto migratório) de mulheres de cada uma das comunidades. A nossa definição de mulheres imigrantes refere-se a mulheres que nasceram noutros países e que emigraram para Portugal e não uma segunda geração de mulheres nascidas em Portugal e filhas de pais imigrantes.

Foram realizadas entrevistas semi-directivas a vinte e quatro mulheres das três comunidades, testemunhas de diferentes vagas e modos de inserção na economia e na sociedade portuguesa: oito mulheres brasileiras, oito mulheres cabo-verdianas e oito mulheres ucranianas.

Todas estas mulheres nasceram no Brasil, em Cabo Verde, na Ucrânia ou na Rússia (as duas mulheres que nasceram na Rússia têm nacionalidade ucraniana) e emigraram para Portugal num dado momento das suas vidas. Todas desenvolvem funções indiferenciadas nas áreas da limpeza e da restauração (estando uma desempregada no momento da entrevista e preferindo uma apresentar-se apenas como estudante), não pretendendo este estudo analisar mulheres representativas das três comunidades, mas tão só analisar histórias que ajudem a compreender algumas das dificuldades sentidas por essas mesmas comunidades. Todas as mulheres residem na área da Grande Lisboa. Procurámos que, em relação a cada nacionalidade, fossem entrevistadas mulheres que se encontrassem em situações diversas ao nível das seguintes variáveis:

Idade; Estado civil; Número de filhos; Religião;

Formação escolar (apesar de todas exercerem funções indiferenciadas, existem mulheres com formação escolar de nível superior);

Mulheres que emigraram por iniciativa própria/ou que emigram com o marido (e em resultado de uma decisão do casal), ou que emigraram para se juntar ao marido/companheiro;

Tempo de permanência em Portugal.

4.2. Entrevistas semi-directivas

Com o objectivo de recolher dimensões bem concretas das histórias de vida das mulheres e relacionadas com os seus projectos migratórios optámos por recorrer a uma metodologia de entrevista semi-directiva. Consideramos que não recolhemos histórias de vida mas determinadas dimensões dessas mesmas histórias de vida tal como estão definidas pelos blocos de entrevista.

4.2.1. Blocos da entrevista

O guião de entrevista era constituído pelos seguintes doze blocos de questões:

Bloco 1. Identificação

Bloco 2. Situação anterior ao projecto migratório para Portugal

Bloco 3. Projecto migratório em Portugal

Bloco 4. Redes migratórias

Bloco 5. Situação laboral

Bloco 6. Vida familiar

Bloco 7. Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem

Bloco 8. Tempos livres

Bloco 9. Relação com os portugueses

Bloco 10. Satisfação com o projecto migratório

Bloco 11. Passado/projectos futuros

Bloco 12. Identidade pessoal/social

4.3. Procedimentos

Inicialmente foi construído um guião de entrevista, que foi posteriormente testado em termos de duração e compreensão das questões com uma mulher de cada origem, tendo-se procedido a algumas alterações em função do *feedback* obtido.

O guião final é constituído por doze blocos de questões seguidamente referenciados e tem uma duração prevista de 88 minutos.

As mulheres foram sendo contactadas e as entrevistas agendadas, foi-lhes explicitado o objectivo geral do estudo e foram sensibilizadas para a importância de responderem com veracidade, tendo sido salientado que poderiam não responder a questões em relação às quais não se sentissem à vontade. As entrevistas foram integralmente gravadas e transcritas, tendo sido inicialmente solicitada às mulheres autorização para proceder às gravações.

As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2008, tendo a primeira tido lugar em 7 de Abril e a última em 14 de Dezembro.

As mulheres que pretendiam anonimato poderiam mantê-lo, no entanto, apenas uma mulher cabo-verdiana pediu para fazê-lo. Em relação às demais mulheres, optámos, no entanto, por apenas incluir os nomes próprios, omitindo os apelidos.

Os conteúdos das transcrições foram analisados entrevista a entrevista, no conjunto de cada nacionalidade e no conjunto global das vinte e quatro entrevistas. Procurámos atender e analisar o que nos foi sendo contado, mas também a força dos silêncios, dos não-ditos e dos interditos, procurando ter em conta toda a dimensão relacional. Lejeune (2007, p. 10) escreveu:

Uma autobiografia não é somente um texto histórico no qual o autor procura dizer a verdade. [...] é um texto relacional: o autor pede e propõe ao leitor alguma coisa. [...] ele pede ao leitor que o ame, aprove e aceite como homem.

O discurso auto-biográfico implica um pedido de reconhecimento não só do texto mas da pessoa e, de certa forma, sugere ao investigador uma atitude de reciprocidade.

5. Um estudo de género – Alguns resultados

Nesta secção apenas apresentaremos alguns dos resultados que nos parecem de particular pertinência numa perspectiva de género: Quem toma a decisão de migrar?; redes migratórias; preconceito na sociedade portuguesa; quem cuida dos filhos; mudança dos papéis em resultado da migração e aumento de estatuto das mulheres migrantes.

5.1. Quem toma a decisão de migrar?

Em 42% dos casos a decisão de migrar é da exclusiva responsabilidade das mulheres. Em 25% dos casos a vinda das mulheres resultou da decisão dos progenitores ou do pai ou da mãe (num menor número de casos). Em 17% dos casos a decisão de migrar é tomada pelo casal e em 13% dos casos a decisão foi tomada pelo marido.²

Podemos pensar que há alguns anos atrás este cenário seria improvável: mulheres que, insatisfeitas com as suas remunerações nos países de origem, decidem migrar, tornando-se verdadeiros actores do processo migratório.

Há três casos a salientar pela coragem que traduzem a este nível. Um dos casos é o de Luísa que chegou a Portugal integrada num grupo de crisma em peregrinação a Fátima e que, uma vez em Portugal, decidiu ficar para arranjar dinheiro para pagar a quem lho tinha emprestado para a viagem. Uma vez cá, telefonou ao marido a avisá-lo de que iria ficar e, apesar de aquele lhe ter dito que não sabia se algum dia viria ter com ela, Luísa decidiu ficar.

² 3% das mulheres não responderam a esta questão.

O segundo caso é o de Lúcia que veio para Portugal sozinha (os sobrinhos também vieram mas, de facto, o seu trajecto acabou por ser independente do deles), sem conhecer o país, a língua e sem ter amigos ou familiares no país. O terceiro caso é o caso de Madalena que veio para Portugal com dezoito anos, sozinha, sem conhecer o país e sem ter ninguém em Portugal.³

As relações de género e as hierarquias afectam a migração das mulheres, uma vez que é habitualmente no seio da família que se verifica a subordinação das mulheres à autoridade masculina. A família é o contexto em que são definidos e atribuídos os papéis às mulheres que, por seu lado, determinam a sua relativa motivação e incentivo para migrarem. É também a família que controla a distribuição dos recursos e da informação que poderão suportar, desencorajar ou mesmo impedir a migração. As normas comunitárias e os valores sociais determinam se as mulheres podem ou não migrar e, em caso afirmativo, em que condições (trabalho ou reunificação familiar) e com quem (sozinhas ou com a família).

Para esta maior ou menor “probabilidade migratória” são determinantes diversos factores em interacção: idade, ordem de nascimento, etnicidade, origens rurais/urbanas, estado civil, estado reprodutivo (com/sem filhos), papel na família (mulher, filha, mãe), posição na família (autoritária/subordinativa), estatuto educacional, formação, experiência de trabalho e classe social.

5.2. Redes migratórias

O quadro 1 procura sistematizar a informação relativa a:

- **Com quem migraram as mulheres** (sozinhas, acompanhadas por maridos ou companheiros/progenitores/filhos/outros familiares/outras pessoas).
- **Quem têm em Portugal** (Não têm ninguém em Portugal, maridos/companheiros em Portugal com especificação das datas de chegada/familiares em Portugal/ amigos em Portugal).

Como se pode observar no quadro verifica-se uma grande diversidade de situações migratórias.

³ A compreensão destes casos na sua íntegra implica a leitura da publicação original.

Quadro 1. Com quem migraram, quem têm em Portugal, datas de chegada, datas de chegada do outro elemento da família que as acompanha

	Quem têm em Portugal	Não têm ninguém em Portugal	Maridos/companheiros em Portugal/anos de permanência	Outros familiares em Portugal	Amigos em Portugal
	Com quem emigraram				
Sozinhas		Madalena (1973) Luisa (2000) Lúcia (2000). Filhos nunca vieram para Portugal	Marilza (2000). Marido estava desde 1999 Alcinda (1988). Marido em Portugal Vera (2001). Marido em Portugal desde 2000 (Filhos nunca vieram para Portugal) Tetyana (2001). Marido estava em Portugal desde 1999 (14 meses de diferença nas datas chegada). Filho veio para Portugal em 2008.	Filomena (1977). Tinha irmã em Portugal Erika (2005). Marido veio sete meses mais tarde Maria (2001) e filho mais tarde	
	Maridos/companheiros			Taciene (2007) Marido já tinha vindo há mais tempo	
Acompanhadas	Progenitores	Lyudmyla (2003) Pai já estava há mais tempo		Leila (2002) Com o pai. Tinha tios em Portugal e o pai já cá estava há mais tempo Sónia (1972) com a mãe e com irmãos. Pai já cá estava	Olga (2004). Veio com a mãe Tamila (2001). Veio com a mãe
	Filhos		Joana (2006) com a filha. Marido já estava em Portugal. Axana (2001). Marido estava em Portugal desde 1998 (dois anos e meio de diferença nas datas de chegada) Neusa (2002) com as filhas (e o pai também a acompanhou). Marido já estava em Portugal.		
Acompanhadas	Outros familiares (que não maridos/companheiros/filhos)			Francisca (2002) com a neta. Tinha filhos e irmãos em Portugal Maria da Glória (2001) com irmão, cunhada e sobrinhos e tinha em Portugal irmãos e sobrinhos	
	Outras pessoas	Domingas (1987) com patroa		Jacqueline (2001) com irmã e pais em Portugal	

Os dados indiciam que nem todas as mulheres que migraram possuíam uma rede de apoio e que as redes existentes eram constituídas por um reduzido número de elementos.

Coloca-se a questão de compreender como funcionam as redes nas comunidades em causa. Se parece verdade que as redes desempenham um papel relevante enquanto factores desencadeadores da decisão de emigrar, o facto é que tal decisão pode ter lugar na ausência dessa mesma rede (de notar que três mulheres emigram sozinhas, sem terem ninguém em Portugal). Existe, ainda, a questão da relação entre a existência/ausência de redes de apoio e a integração. Uma análise conjunta dos resultados leva-nos a pensar que, apesar da existência de rede ser um factor de integração, esta depende de uma multiplicidade de outros factores interligados entre si, nomeadamente estar ou não legalizada, os filhos sentirem-se integrados na escola, domínio da língua portuguesa, aquisição de casa própria, entre outros.

5.3. *Preconceito na sociedade portuguesa*

Apesar de algumas mulheres referirem não sentir preconceito, são raras as entrevistas em que não são reveladas situações de discriminação ou no local de trabalho, ou em trabalhos anteriores, ou sentidas pelos familiares (maridos ou filhos), ou vivenciadas no dia-a-dia (supermercado, paragem do autocarro, escola). O preconceito é, assim, vivenciado pelas três comunidades de imigrantes. Uma vez que nesta comunicação nos interessa essencialmente abordar o preconceito ligado ao género, há que salientar que a este nível as mulheres brasileiras são alvo de um preconceito específico, que as associa à prostituição, que resulta de casos concretos de estabelecimento de redes de prostituição de mulheres brasileiras em Portugal. Padilla (2005, p. 13) refere a associação da prostituição às mulheres brasileiras e salienta as consequências desse preconceito para as mesmas. Também as mulheres cabo-verdianas expressam sentir atitudes de preconceito mas neste caso trata-se de preconceito rácico resultante de uma característica fenotípica: a cor da pele.

5.4. *Quem cuida dos filhos*

Esta questão apenas se aplica às mulheres que têm filhos pequenos: 21% das entrevistadas. Maria da Glória tem o filho no colégio em que trabalha e as restantes mulheres têm os filhos com amas, verificando-se as “cadeias globais de assistência” a que Hochschild (2000) se refere. Numa situação global, as mulheres imigrantes são substituídas por outras mulheres nas tarefas habitualmente associadas a cuidados pessoais e afectos, bem como, no caso de Domingas, o “padrão global do deslocamento do sentimento” (Hochschild, 2000), uma vez que ao tratar de crianças na casa em que trabalhava deslocava o amor (pelos seus filhos) para as crianças de que cuidava.

Erika vive um verdadeiro drama por ter vindo para Portugal em 2005 e deixado a filha no Brasil com os avós. Ainda não teve possibilidade de ir visitá-la ou de trazer para Portugal. Joana deixou o filho, Domingas deixou os cinco filhos

durante seis anos, Luisa deixou os seis filhos que agora estão em Portugal, Vera deixou os dois filhos que nunca quiseram vir para Portugal, Lúcia deixou os dois filhos já adultos, Tetyana deixou o filho que, entretanto, já está em Portugal e Maria deixou a filha já adulta. Em alguns casos fizeram-no porque, não estando elas legalizadas não tinham condições de trazer os filhos ou por os filhos serem adultos e terem as suas vidas organizadas (caso de Lúcia e de Maria) ou, ainda, por os filhos não terem querido vir (caso de Vera).

O sofrimento provocado pela separação dos filhos é muito grande e condiciona toda a experiência migratória. Domingas conta:

Na altura os meus filhos ficaram em Cabo Verde durante seis anos. Foi bastante tempo. Nasceram todos lá. Foi muito tempo, eu não podia ir porque não tinha documentos e não podia trazer os meus filhos porque sem documentos eles não podiam entrar... Eu apanhei um esgotamento, até hoje... fiquei meia apanhada da cabeça. Apanhei um esgotamento grande por causa disso. Deixei uma menina com um ano e seis meses. Uns ficaram com o pai e três ficaram com a minha mãe.

Erika confessa: “Sofro muito. Penso nela dia e noite. É aquela coisa você não vê ela crescer...”.

Referência também neste ponto à situação de Francisca que emigrou para vir ao encontro dos filhos (adultos), devido às saudades que deles sentia.

A questão da separação mães-filhos e da tristeza dela resultante revela-se uma questão crucial na análise do processo migratório das mulheres imigrantes. A separação mães-filhos, a conseqüente privação da socialização familiar e a falta de apoio psicológico e emocional pode, ainda, propiciar problemas futuros nestas crianças e funcionar como factor de risco de comportamentos de delinquência juvenil e de actividade criminal (minimizado se o enquadramento por parte de outros familiares for bem sucedido).

5.5. *Mudança de papéis em resultado da migração*

Para 29% das entrevistadas ocorreu uma mudança de tarefas em resultado da migração, passando a existir uma maior divisão de tarefas com os maridos/companheiros ou com as mães. Mas em alguns destes casos a divisão constituiu uma inevitabilidade porque as mulheres passaram a chegar mais cansadas a casa e a estar mais tempo ausentes.

No caso de Taciene não existe propriamente uma maior divisão de tarefas, mas ela passou a trabalhar menos em casa, por se sentir muito cansada, tendo daí decorrido um processo de auto-culpabilização:

Eu digo ao meu marido: “Faz isso aí”, assim quando eu ‘tou em casa, nem adianta, mas assim quando ele vê que eu tou mesmo cansada, antes eu chegava cedo, mais cedo e ele queria a janta e sempre gostei de fazer isso, mas agora chego à meia-noite e estou cansada, ele janta na hora e eu como um biscoito ou qualquer coisa. Agora ele vê que

eu estou chegando cansada, ele vai e fala que não quer nada mas é assim, me dá uma dor ver que ele... toda a vida meu marido comia muita bobeira na rua, ele janta bem à noite e prefere comer em casa. Em dias que eu chego menos cansada, eu chego e faço mas ele não quer nada como ele sabe que eu vou mesmo cansada”.

Para 25% das entrevistadas não se verificou qualquer mudança dos papéis e no caso das mulheres casadas são elas que continuam a desempenhar a maioria dos trabalhos em casa. Nos casos de Neusa e de Axana (que se revelam excepções) não se verificou qualquer mudança porque sempre existiu uma partilha das tarefas.

Este padrão de desigualdade, em que continuam a ser as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas domésticas não se revela específico das mulheres imigrantes, e em Portugal continuam a ser as mulheres as principais responsáveis por estas tarefas. Apenas as mulheres mais abastadas ou com carreiras profissionais de maior estatuto conseguem “escapar” a estas tarefas, não em resultado de uma partilha das mesmas com os maridos, mas por terem possibilidade de contratar empregadas domésticas. Se é verdade que a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres é maior do que era há duas décadas atrás, também é verdade que essa divisão continua a não ser equitativa e que, mediante mecanismos sociais perversos, as mulheres que não desempenham estes papéis tradicionais são frequentemente culpabilizadas pela sociedade e auto-culpabilizam-se. Não deixamos de salientar que em muitos casos são as mulheres, pela sua passividade e aceitação das normas sociais, as grandes responsáveis por esta situação e a afirmação de Taciene é bem exemplificativa deste argumento, uma vez que ela pactua com o que o marido espera dela e com a sua atitude de não colaboração.

Os resultados a nível da mudança de papéis (ou ausência dela) indiciam que as bases do sexismo parecem continuar firmes nas práticas sociais, conclusão consonante com a análise de Neves (2008), entre outros autores.

5.6. Aumento de estatuto das mulheres migrantes

No nosso estudo não encontramos referências a um aumento de estatuto mas tal facto deverá estar relacionado com o sector profissional das mulheres entrevistadas.

Entre os estudos internacionais que têm analisado as consequências da participação das mulheres no mercado de trabalho, alguns têm concluído que as migrações contribuem para o aumento do estatuto das mulheres mas outros denotam que se pode mesmo verificar uma diminuição desse estatuto quando são obrigadas a envolverem-se em trabalhos precários e quando perdem controlo sobre as remessas (Casas & Garson, 2005).

O estatuto conquistado (ou não conquistado) está em muito dependente das próprias assumpções implícitas ou explícitas dos países acerca dos estatutos e papéis das mulheres. Estas assumpções condicionam as políticas e estas, por seu lado, os estatutos reais. Assim, alguns países receptores assumem implicitamente que as mulheres têm um estatuto dependente do dos homens (são as suas filhas

ou as suas mulheres), atribuindo às mulheres um papel no seio das famílias e não um papel no mercado de trabalho. Tal é particularmente verdadeiro nos países importadores de mão-de-obra que separam o direito ao trabalho do direito a residir e em que as mulheres mais provavelmente se envolvem em trabalhos ilegais. O estatuto com que as mulheres entram no país afecta os seus direitos sociais no país receptor, incluindo a capacidade de rapidamente obter cidadania, o acesso a aulas de aprendizagem da língua, de obter formação ou de aceder aos programas de segurança social. Os próprios papéis e estereótipos sexuais veiculados pela sociedade influenciam a concentração das mulheres em sectores de trabalho (tradicionalmente associados às mulheres) como serviços domésticos e cuidados.

6. Recomendações para políticas públicas

A imigração envolve uma dimensão de género mas as políticas e as leis migratórias não se dirigem a problemas específicos de género (Obando, 2003).

Das cento e vinte medidas do Plano para a Integração dos Imigrantes,⁴ cinco medidas referem-se à igualdade de género o que reflecte que a questão de género está a começar a ser contemplada nas preocupações do estado português mas que ainda não ocupa a centralidade que merece.

As mulheres deveriam constituir o centro do debate sobre imigração, devendo os organismos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas migratórias procurar fazer um diagnóstico da situação de cada comunidade de mulheres, procurando compreender as razões e os contextos que levam as mulheres a migrar, as dificuldades específicas que enfrentam em resultado da sua dupla condição de mulheres e de imigrantes e os seus objectivos e expectativas na sociedade receptora.

Deveria, ainda, ser desenvolvido um esforço no sentido de identificar boas práticas que tenham sido seguidas noutros países em que as questões de género são alvo de maior atenção e desenvolver um contínua avaliação das medidas que vão sendo implementadas em Portugal.

Portugal, pela sua condição relativamente recente como país de imigração, criou um quadro jurídico para a integração constituído por políticas que segundo o Index (2007), comparativamente a políticas de outros países em análise, são favoráveis ou constituem mesmo as melhores práticas. Mas apesar de ser fundamental analisar as políticas migratórias do país, há que ter em conta que as mesmas devem incluir uma vertente transnacional, procurando uma coordenação efectiva com os países de origem dos imigrantes. Devem desenvolver-se de forma articulada no sentido de garantir:

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, DR 85 SÉRIE I de 2007-05-03.

- Oportunidades de trabalho com o mesmo nível de reconhecimento e igualmente remuneradas para homens e mulheres. Os dados mais actuais recolhidos pela *International Trade Union Confederation* (ITUC)⁵ referem uma diferença média de 17% entre os ordenados dos homens e das mulheres nos países analisados, sendo em Portugal essa diferença de 9%.
- Acesso gratuito à educação para os seus filhos. Apesar de na própria Constituição da República Portuguesa esse direito estar consignado, o acesso à educação pré-escolar continua a ser muito limitado, situação que não é específica das mulheres imigrantes mas que se aplica a toda a população.
- Acesso das mulheres à informação sobre os seus direitos e deveres enquanto mulheres e imigrantes. Neste estudo encontramos algum desconhecimento no que concerne a direitos a cuidados de saúde e a direitos políticos, nomeadamente direito de voto em eleições autárquicas.
- Reconhecimento de qualificações. Apesar de terem sido desenvolvidas algumas medidas a este nível, nomeadamente o D.L. n.º341/2007 de 12 de Outubro que instituiu um novo regime jurídico de reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros, continuam a ser inúmeros os estrangeiros com qualificações de nível superior que exercem actividades indiferenciadas em Portugal. No estudo esta situação foi particularmente evidente relativamente às mulheres ucranianas sendo a *décalage* entre a formação e a actividade desenvolvida um dos principais factores de insatisfação com o projecto imigratório. No entanto, há que ter em conta que na própria população portuguesa se encontra uma acentuada *décalage* entre o nível de habilitações escolares e as funções exercidas.
- Direito a viver em família mediante a viabilização do reagrupamento familiar. De acordo com o Index (2007, p. 148) a elegibilidade para o reagrupamento familiar corresponde às melhores práticas mas o processo de reagrupamento continua a ser dispendioso.
- Participação das mulheres na vida associativa. A medida 117 do Plano para a Integração dos Imigrantes refere-se à promoção da participação das mulheres na sociedade e ao seu envolvimento em movimentos associativos mas a participação das mulheres imigrantes na vida associativa continua a ser limitada, não sendo facilitada pelos prolongados horários de trabalho e consequente cansaço das mulheres.
- Mecanismos regulatórios para as empresas de recrutamento, incentivando os canais legais de migração de forma a proteger os direitos das imigrantes e a diminuir o tráfico.
- Regulamentação do trabalho doméstico garantindo o acesso destas mulheres aos diversos direitos sociais.

⁵ http://www.unifem.org/progress/2008/vs_markets3.html#vstats

- Acesso a programas de apoio a mulheres imigrantes nas várias etapas do processo migratório: antes da partida (programas que contemplem temáticas como famílias transnacionais, mudanças na estrutura familiar, planeamento familiar e superação da violência doméstica), partida, integração e regresso (problemas de estigmatização e dificuldades de reintegração na sociedade de origem devem ser acompanhados no momento do regresso).

A título exemplificativo, o *Asia-Pacific and Arab States Regional Programme on Empowering Women Migrant Workers*⁶ procura aumentar o *empowerment* das mulheres migrantes numa perspectiva de género e de desenvolvimento de direitos. Actua ajudando a criar ambientes institucionais e sócio-económicos que assegurem a igualdade de oportunidades das mulheres, igual acesso a recursos e a benefícios. Promove uma migração segura e dá particular ênfase às trabalhadoras domésticas.

- Devem, ainda, ser implementados programas de apoio psicológico dirigidos a mulheres imigrantes que pela sua situação de desenraizamento do país de origem, de reconstrução identitária e de frequente afastamento dos filhos, se encontram numa situação particularmente vulnerável.
- Que as mulheres tenham acesso a sistemas financeiros que lhes permitam guardar o seu dinheiro e/ou enviar remessas de forma segura. O *Asian Migration Centre* em Hong Kong ajuda os imigrantes na tomada de decisão sobre a aplicação das suas economias e a realizar investimentos sustentáveis nos países de origem. Estes programas devem assegurar que as mulheres desempenhem um papel fundamental na decisão sobre o destino a dar ao dinheiro ganho.
- Reconhecer o poder dos *media* na sociedade actual, sensibilizando-os para a influência que podem exercer na opinião da população portuguesa sobre os imigrantes e dar espaço às mulheres imigrantes nos próprios *media*. Um programa de rádio de Los Angeles *Vozes de Mulheres* que transmitia informação dirigida a mulheres imigrantes da Guatemala em Los Angeles e entrevistas às próprias imigrantes contribuiu para o *empowerment* dessas mulheres (Olsen, 2008).
- Campanhas de sensibilização dirigidas às comunidades das áreas que são as principais fontes de imigração, alertando para os riscos, informando sobre os direitos e os apoios disponíveis nas diversas etapas do processo migratório.
- Programas de formação dirigidos a quem trabalha no terreno da integração. Um exemplo é o projecto “Put yourself into integration” desenvolvido pelo *European Contact Group* na República Checa e pela ONG britânica *Praxis* dirigido a funcionários do governo e a ONGs que promovem a integração de imigrantes.

⁶ <http://unifem-eseasia.org/projects/migrant/migrant.htm>

- Programas de igualdade de género dirigidos às entidades empregadoras e à sociedade em geral.
- Combate a todas as formas de discriminação e violência contra mulheres imigrantes, incluindo, nomeadamente, medidas de penalização de formas de assédio sexual. Apesar de na área da antidiscriminação, Portugal apresentar, de acordo com o Index (2007), as melhores práticas, as ONG não de podem ocupar dos procedimentos em nome das vítimas. A Autoridade para a Igualdade dá assistência às vítimas de discriminação étnica, racial, religiosa e baseada na nacionalidade mas detém um estatuto legal limitado. Assim, o Estado introduz medidas de acção positiva mas não garante que outras funções de organismos públicos promovam a igualdade (Index, 2007: 150).

Apesar de se fazer um esforço legislativo no combate à discriminação e violência, o dia-a-dia na sociedade portuguesa continua marcado por episódios que traduzem essa discriminação e violência.

- Combate ao tráfico de seres humanos. A este nível é fundamental a informação das mulheres que emigram, a regularização dos fluxos e as medidas punitivas.
- Finalmente, recomenda-se o apoio a mais investigação sobre migrações numa perspectiva de género, de forma a ser possível compreender as realidades das mulheres imigrantes de uma forma mais profunda. Uma área relevante e sistematicamente negligenciada é a do retorno das mulheres aos países de origem e do seu contributo para o desenvolvimento desses mesmos países. Os imigrantes “retornados” trazem consigo “transferências sociais” como conhecimentos técnicos, novas atitudes sociais e valores culturais modificados que seria importante analisar.

7. Conclusão

Os movimentos feministas e a própria evolução das mentalidades proporcionaram que as mulheres realizassem conquistas diversas na esfera pública. 42% das mulheres do nosso estudo tomaram a decisão de migrar tornando-se protagonistas do processo migratório. Muitas são, no entanto, as que continuam a migrar em resultado de decisões de outros elementos do agregado familiar: 25% em resultado de decisões dos progenitores/pais/mães e 13% em resultado de decisões dos maridos.

As redes estimulam a migração mas esta pode ocorrer na ausência de redes, sendo notório o papel que outras mulheres ocupam nessas redes: mães, tias, amigas e meras conhecidas.

A imigração das mulheres e o seu envolvimento no mercado de trabalho exige que sejam outras mulheres a tomar conta dos seus filhos pequenos (amas em Portugal) ou mulheres da família (em geral avós) quando os filhos ficaram no país de origem. A separação dos filhos é vivida de uma forma dramática e condiciona a

forma como a experiência migratória é vivenciada. Algumas das mulheres tomam conta dos filhos de outras mulheres em Portugal, padrão amplamente descrito na literatura especializada.

Apenas para 29% das mulheres ocorreu uma maior divisão de tarefas em casa passando as tarefas a ser divididas com os maridos/companheiros/mães, maior divisão esta que resultou mais de uma inevitabilidade e do trabalho das mulheres não permitir que elas continuassem, de facto, a assumir as tarefas domésticas na íntegra do que de uma decisão do casal.

Os dados recolhidos não expressam um aumento de estatuto das mulheres em resultado da migração, o que apesar de estar relacionado com o tipo de funções exercidas nos leva a questionar a relação amplamente difundida na literatura entre migrações e *empowerment* das mulheres.

Referências

- AADV (2005). *Imigração e etnicidade. Vivências e trajetórias de mulheres imigrantes*. Lisboa: SOS-Racismo.
- ABRANCHES, M. (2004). Mulheres muçulmanas em Portugal: Que estratégias de re(construção) identitária? *V Congresso Português de Sociologia-Sociedades Contemporâneas*. Braga: Reflexividade e Acção.
- CASAS, L.O. & GARSON, J.-P. (2005). The feminisation of international migration. In *Migrant women and the labour market: diversity and challenges*, OECD and European Commission Seminar, room document nº1: 1-16.
- CASTLES, S. & MILLER, M.J. (1998). *The Age of Migration*. Londres: Macmillan.
- GRASSI, M. & ÉVORA, I. (Orgs.) (2007). *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- HELLERMANN, C. (2004). Uma relação difícil? Mulheres Imigrantes da Europa de Leste e redes sociais. *Dinâmicas multiculturais. Novas faces, outros olhares*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Instituto de Ciências Sociais.
- HOCHSCHILD, A. R. (2000). Global care chains and emotional surplus value. In W. Hutton & A. Giddens (Eds.). *Global capitalism* (pp. 130-146). Nova Iorque: The New Press.
- HORTA, A.P. (2008). *A construção da alteridade. Nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- INDEX DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (2007). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KEATING, C. (2001). Linguagens relocalizadas: Percursos discursivos de duas mulheres portuguesas em Londres. In M.I. Ramalho & A.S. Ribeiro (Orgs.). *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade* (pp.87-113). Porto: Edições Afrontamento.
- KESHAVJEE, F. (1994). Identidades e representações sociais: Para o estudo da mulher islâmica em Portugal. *Dinâmicas multiculturais. Novas faces, outros olhares*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Instituto de Ciências Sociais.

- LEANDRO, E. & LEITE, C. (1994). Identidades femininas em contexto migratório. *Dinâmicas multiculturais. Novas faces, outros olhares*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Instituto de Ciências Sociais.
- MACHADO, F. & PERISTA, H. (1997). Femmes immigrées au Portugal: identités et différences. *Migrations Society, CIEMI-Centre d' Information et d' Études sur les Migrations Internationales*, 9 (52), 91-103.
- MALHEIROS, J. (Org.) (2007). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- MIRANDA, J. (2009). *Mulheres Imigrantes em Portugal. Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- NEVES, S. (2008). *Amor, poder e violência na intimidade*. Coimbra: Quarteto.
- NEVES, S. (2010). Sonhos traficados (escravaturas modernas?): Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal. In S. Neves & M. Fávero (Coord.). *Vitimologia: Ciência e Activismo*. (pp. 195-226). Coimbra: Almedina.
- OBANDO, A. (Junho 2003). Migrant women. *Women's human rights net*.
- OLSEN, L. (2008). Results of the virtual discussion "Creating gender sensitive migration policy", *United Nations Instraw*: 1-21.
- PADILLA, B. (2005). Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: Problems and possibilities. *Socius Working Papers*, nº1/2005.
- PEIXOTO, J. et al. (2006). *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Lisboa, relatório final de projecto.
- PEIXOTO, J. et al. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal. Perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Lisboa: ACIME.
- PERISTA, H. (1998). Mulheres em diáspora na União Europeia. *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº 50, 153-165.
- RIBEIRO, M. (2008). As representações do imigrante brasileiro no jornalismo impresso local. Estudo de caso entre o Diário do Minho (Braga-Portugal) e o L'Adige (Trento-Itália). Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho (não publicada).
- SANTOS, C.A. (2007). *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa. Análise do ano 2003*. Lisboa: ACIDI.
- WALL, K., NUNES, C. & MATIAS, A. (2005). Conclusions. In *Female Migration Vision-National report on Portugal*, 74-80.